



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Conselho de advogado

Ao dizer que o dinheiro depositado pelo ex-assessor Fabrício Queiroz, na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, era para ele, Bolsonaro planeja puxar para si o processo das rachadinhas e, assim, travar tudo enquanto for o inquilino do Alvorada. É que qualquer investigação que envolva o presidente, anterior ao mandato presidencial, só pode ser feita depois que ele deixar o cargo. Só tem um probleminha: Michelle é quem terá que dizer isso em juízo, algo que ela não quer.

Rodrigo Maia e a oposição

Nunca antes na história deste país, DEM e PT estiveram tão necessitados um do outro. Há um consenso nos bastidores de que só a união das esquerdas com o centro será capaz de fazer frente a Arthur Lira, já carimbado como o candidato do governo à sucessão de Rodrigo Maia na Presidência da Câmara.

O jogo para isolar Doria...

A ideia de fazer o lançamento do Plano Nacional de Vacinação, no Palácio do Planalto, foi a estratégia que o governo encontrou para entrar na linha da vacina, tentando tirar o protagonismo do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). A próxima é fixar um contrato com o Butantan que permita a aquisição de todas as doses diretamente para o programa nacional, impedindo, assim, compras diretas de estados, como São Paulo.

Senado vai repetir briga de 2019 com outros atores

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), acredita ter 45 votos para fazer do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) seu sucessor. Eram os votos que ele havia trabalhado para apoiar sua campanha, naufragada depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A soma não inclui o MDB, partido com o qual Alcolumbre já não contou na sua eleição, em fevereiro do ano passado, quando concorreu contra o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Assim como Arthur Lira na Câmara, o candidato de Alcolumbre terá todo o apoio do governo de Jair Bolsonaro, ainda que seus líderes na Casa sejam do MDB. No cenário atual, o presidente confia mais no DEM de Alcolumbre do que no MDB, uma legenda que o governo considera mais independente.



... e tirar o discurso do tucano

Há quem diga que, se Bolsonaro conseguir começar a vacinação antes de 25 de janeiro, terá vencido a guerra política, depois do discurso da unidade na solenidade de lançamento do plano.



O Itamaraty está virando uma casa de horrores, onde os embaixadores não podem sequer dar uma opinião

da senadora Kátia Abreu (PP-TO), ao constatar a saída justa do diplomata Fábio Mendes Marzano, que se recusou a dar uma opinião sobre acordos e causas ambientais entre Mercosul-União Europeia

Por falar em Itamaraty.../

Nos grupos de WhatsApp de diplomatas, a conclusão foi a de que, se o embaixador Marzano não conseguiu sair do constrangimento a que se sentiu exposto diante da pergunta da senadora, realmente precisa se preparar mais para o cargo.

Evaristo Sá/AFP



A disputa da hora/ Com a desistência de Marcos Pereira (Republicanos-SP, foto) para apoiar Arthur Lira à Presidência da Câmara, o Podemos ficou sem chão. “Tínhamos um compromisso com o Marcos Pereira. Agora, precisamos definir se seguimos com ele ou não”, diz o deputado Léo Moraes (RO), com ares de que o compromisso com Pereira não está totalmente rompido e é possível que o partido siga com Lira. Mais um ponto para o candidato do PP.

E o Zé Gotinha, hein?/

Símbolo das vacinas no Brasil, virou “trending topic” no twitter depois de se recusar a cumprir o plano nacional de imunização. À noite, nos trendings, reinava a #euNaovoutomarvacina, seguindo o que disse o presidente, que já avisou que não tomará vacina. É, pois é.

CONGRESSO / Presidente da Câmara acusa governo de turbinar uma candidatura dos partidos de oposição como forma de enfraquecer seu grupo e tirar votos do candidato que pretende indicar à sua própria sucessão no comando da Casa

Ataque à esquerda de Maia

» ROSANA HESSEL
» JORGE VASCONCELLOS
» WESLEY OLIVEIRA

» Aprovação de Bolsonaro cai para 35%, segundo Ibope

A aprovação do presidente Jair Bolsonaro caiu em dezembro, na comparação com setembro, chegando a 35%, cinco pontos percentuais a menos do que o resultado anterior de 40%. É o que mostra pesquisa do Ibope, divulgada ontem, e contratada pela Confederação Nacional da Indústria, sobre aqueles que consideram o governo ótimo ou bom. A avaliação negativa — que classifica a administração federal como ruim ou péssima — subiu de 29% para 33% em três meses. Foram consultadas 2 mil pessoas, em 126 municípios, de 5 a 8 de dezembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

cravou uma data para apresentar o seu escolhido.

Enquanto Maia tenta aglutinar a esquerda, um ex-aliado, o líder do Republicanos, Marcos Pereira (SP), confirmou, ontem, que apoiará a candidatura de Lira. Apontado como um possível nome do bloco de Maia, Pereira perdeu fôlego nas negociações. De acordo com o parlamentar, a decisão em apoiar Lira foi tomada de “comum acordo” com os 31 parlamentares do Republicanos. Quando abandonou Maia, Pereira afirmou que “não entraria em ‘jogo jogado’” e que o presidente da Câmara tinha “veto velado à sua candidatura”.

Único candidato formalmente na disputa, Lira afirma ter cerca de 170 votos dos parlamentares de Progressistas, PL, PSD, Solidariedade, Avante, PSC, PTB, Pros e Patriota. Com a adesão do Republicanos, o grupo pode che-

gar a 200 deputados, ficando a aproximadamente 57 votos para levar a cadeira.

Candidato do MDB

Já o MDB anunciou, ontem, que terá um candidato próprio para a eleição à Presidência do Senado, em fevereiro. Segundo nota divulgada pela bancada, a maior da Casa, a decisão “reflete a postura de ponderação e diálogo que tem pontuado a atuação da legenda no cenário nacional”.

O anúncio da legenda ameaça os planos do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que tem defendido o nome do 1º vice-líder do DEM na Casa, Rodrigo Pacheco (MG), para sucedê-lo. Segundo a tradição no Senado, o partido com a maior bancada — o MDB — tem a prerrogativa de ocupar a Presidência.

Até o momento, o MDB tem, pelo menos, quatro pré-candidatos: Fernando Bezerra Coelho (PE), Eduardo Gomes (TO), Eduardo Braga (AM) e Simone Tebet (MS). Apesar disso, o partido, no comunicado, destacou a palavra “unidade” em letras maiúsculas e em negrito.

Na eleição de 2019, o MDB não lançou mão da prerrogativa de ocupar a Presidência porque chegou rachado com os pré-candidatos Renan Calheiros (AL) e Simone Tebet. Optou pelo alagoano, mas a divisão continuou e favoreceu a vitória de Alcolumbre.

De acordo com Simone Tebet, nos últimos dias a sigla se mobilizou após a sinalização de Alcolumbre e do governo de propor uma candidatura de uma legenda que não tem a maioria na Casa. Por isso, o MDB vai defender o princípio da proporcionalidade, pois, segundo a senadora, “o Senado não pode ser um apêndice do governo”.

Câmara dos Deputados/Divulgação



Maia com o hoje adversário Lira: dificuldades para reunir votos dos partidos de esquerda em torno de quem indicar

Previsão de R\$ 247 bi de déficit

O Congresso aprovou, ontem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2021. O texto aprovado foi um substitutivo do relator da matéria, senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO), ao projeto enviado pelo Executivo em abril. A previsão é de um déficit primário de até R\$ 247,1 bilhões nas contas do governo central.

O valor foi estabelecido pela atualização enviada pelo Executivo, também ontem, ao Congresso — a proposta anterior previa uma meta fiscal flexível. O projeto segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Com base na atualização encaminhada pela equipe econômica, o parecer do relator prevê que o salário mínimo, a partir de janeiro, passará dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.088. Essa correção é de 4,1%, mas um novo ajuste deverá ser feito considerando o Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em todo ano de 2020.

O parecer do senador acolheu integralmente 257 das 2,2 mil emendas à LDO. Ele manteve a proibição de reajustes para servidores civis da administração direta, de autarquias e de fundações.

A votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve ficar para 2021. Em razão disso, a partir de janeiro o Executivo precisará trabalhar com o chamado duodécimo dos recursos — 1/12 das receitas previstas para o ano — para que a máquina pública não pare. A sessão do Congresso foi dividida em duas partes: pela manhã, votaram os deputados; os senadores, à tarde. Na Câmara, o projeto foi aprovado por 444 a 10 e, no Senado, a votação foi simbólica.

Analistas lembram que pode-

ria ter aprovado a LDO há tempos. E, também, que o cumprimento do teto de gastos, emenda constitucional que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior, ainda é uma incógnita. “Sem Orçamento e com o teto indefinido, a LDO assume um papel fundamental para a política fiscal de 2021, com regras sobre a execução do Orçamento e a meta fiscal para o ano que vem”, lembrou o consultor do Senado Leonardo Cezar Ribeiro.

“O Congresso mostrou maturidade, porque sabe que criaria um problema maior ainda se não aprovasse o PLDO. Mas, as incertezas continuam, porque o Orçamento só deverá ser votado depois das eleições das presidências do Senado e da Câmara”, afirmou o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. (RH e JV)